

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NA ESFERA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM DESAFIO ACERCA DOS RESULTADOS

HUMAN DEVELOPMENT INDEX IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES: A CHALLENGE ABOUT RESULTS

Resumo: O presente artigo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica que analisou o IDH-M - índice de desenvolvimento humano nos municípios - e a situação econômica de dois municípios do Vale dos Sinos, Novo Hamburgo e São Leopoldo, Rio Grande do Sul no último exercício financeiro de 2016. O estudo demonstra que os municípios apresentam indicadores que apontam para um alto nível de desenvolvimento humano, o componente educação cresceu aproximadamente o dobro, se compararmos o censo de 2010 em relação ao de 1991, ocasionando um elevado crescimento do IDHM dos municípios analisados, fato que possibilita a presunção de que também ocorreu crescimento econômico; contudo, os entes municipais acima referidos encerraram o exercício financeiro de 2016 com um déficit econômico bem elevado, comprometendo os investimentos presentes e futuros. Desta forma, para garantir efetiva qualidade de vida à população, os gestores públicos necessitam revisar sua forma de administrar, para que seus investimentos sejam justificados e alicerçados em suas políticas públicas pré-estabelecidas, visando atender as necessidades e expectativas sociais, com intuito de apresentar alternativas ao cidadão acerca do seu bem-estar social.

Palavras-chave: Indicadores Sociais, Investimentos, Gestão Pública, IDHM.

Abstract: The present article was developed from a bibliographical research that analyzed the HDI-M and the economic situation of two municipalities of Vale dos Sinos, Novo Hamburgo and São Leopoldo, Rio Grande do Sul in the last financial year of 2016. The study shows that Municipalities present indicators that point to a high level of human development, after all, the education component grew approximately double in the 2010 census in relation to 1991, causing in a high growth of the HDI of the analyzed municipalities, but these organs closed the financial year of 2016 with a very high economic deficit, compromising current and future investments. Thus, in order to guarantee effective quality of life for the population, public managers need to review their management, so that their investments are justified and based

on their pre-established public policies, in order to present alternatives to the citizen about their social well-being.

Keywords: Social Indicators, Investments, Public management, IDHM.

Introdução

Em cidades, regiões, estados e países um grande desafio é a identificação do seu desenvolvimento econômico e social, bem como seus reflexos sobre necessidades da sociedade através de indicadores. Ainda que o tema proposto desperte pouco interesse na sociedade e também nas autoridades políticas, torna-se imprescindível a alteração dessa postura, a fim de que seja possível a identificação precoce de prováveis problemas que impeçam o crescimento econômico e o desenvolvimento social para um determinado grupo de indivíduos.

Dentre alguns dos possíveis problemas que contribuem para o não desenvolvimento de uma determinada região podemos destacar a falta de informações pertinentes para a tomada de decisão dos gestores públicos, investidores privados e demais partes interessadas da sociedade. O conhecimento sobre os potenciais de uma região, a identificação das reais necessidades econômicas e sociais, bem como aspectos tecnológicos e características culturais, são fatores que certamente contribuem para uma definição mais abrangente e apropriada no diagnóstico de uma localidade.

Conforme demonstrado pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Brasil está ranqueado no IDH – índice de desenvolvimento humano na posição de 75º lugar em comparação com os demais países, obtendo um indicador de 0,755 qualificado como de alto desenvolvimento humano conforme critérios do programa, onde são considerados variáveis como educação, longevidade e PIB – produto interno bruto per capita. Tal classificação no PNUD justifica uma análise mais atenta ao tema proposto, pois resta claro que embora o número e o resultado sejam significativos, a realidade encontrada no Brasil está distante de um alto desenvolvimento humano.

A pesquisa visa ressaltar a importância do IDH-M – índice de desenvolvimento humano nos municípios - como ferramenta para melhor identificar e comparar os territórios com características geograficamente semelhantes, exemplificando o caso dos dois maiores municípios do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo. Para alcançar os objetivos propostos foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema e a metodologia adotada foi uma pesquisa baseada no método qualitativo, com a utilização de

dados secundários obtidos através de sites de órgãos oficiais da gestão pública. Dessa forma, o presente estudo está dividido da seguinte forma: (i) a participação da sociedade nas políticas públicas; (ii) índice de desenvolvimento humano - IDH, (iii) análise e características de indicadores sociais, (iv) comparação com resultado de indicadores sociais x déficit financeiro.

A participação da sociedade nas políticas públicas

Mesmo que o tema proposto desperte pouco interesse na sociedade e nas autoridades políticas, para que se consiga melhorar o IDH-M – Índice de Desenvolvimento Humano se faz necessárias ações governamentais que propiciem condições para a efetivação do processo. Nesse contexto, é importante uma participação ativa da sociedade civil agindo em diferentes frentes quando da concepção e formatação de políticas públicas o que, de certa maneira, configura uma forma diferente nas relações entre os atores sociais e o Estado.

Dessa forma, analisar as mudanças que ocorreram nas relações entre a sociedade civil e o Estado ao longo das últimas décadas, oriundas da emergência da participação de atores da sociedade civil no âmbito das decisões sobre políticas públicas, permite entender as razões que motivaram esse contexto.

No início dos anos de 1960, observam-se ações de parte da sociedade e do Governo que tinham por objetivo incentivar a participação de atores sociais no processo decisório de formação das políticas públicas. No entanto, de acordo com Allebrandt *et al* (2010), mesmo que nesse período houvessem algumas tentativas para a criação de canais de comunicação com a sociedade, com a possibilidade do engajamento dos cidadãos nos processos de decisão, a partir de 1964, as experiências foram sufocadas pelo regime militar autoritário.

No entanto, a partir dos anos 1990 um conjunto de acontecimentos daria um importante impulso nas práticas sobre a participação dos movimentos sociais trazidos pela força da globalização e da realização de inúmeras Conferências Mundiais das Nações Unidas¹. Esses Fóruns Globais proporcionaram diferentes *locus* para a participação, amplitude de conhecimentos, intercâmbio de experiências e maior motivação dos cidadãos nessa luta pela democracia cidadã, uma vez que exigiram dos atores sociais a articulação das organizações civis por intermédio de fóruns locais e nacionais com vistas à preparação para a representação nas conferências internacionais (SCHERER-WARREN e LÜCHMANN, 2004).

¹ Destacam-se as conferências sobre: Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio/92); Direitos Humanos (Viena/93); População e Desenvolvimento (Cairo/94); Desenvolvimento Social (Copenhague/95); Mulher (Beijing/95); Habitar II (Istambul/96; A relação entre sociedade civil e as Nações Unidas (Liszt Vieira, 2001).

Essas possibilidades de experiências com a participação dos atores nos diversos eventos, tanto na esfera local e nacional como internacional, permitiram um aprendizado significativo, possibilitando maiores conhecimentos e entendimentos para a definição de bases prioritárias, como também no amadurecimento da operacionalidade técnica sobre as formas e os meios de participar, bem como organizar eventos democráticos.

Entretanto, há presença de limites, em que a participação de diversos atores pode ser estimulada, mas somente alguns atores não-governamentais são consultados (MILANI, 2008). Porém a abertura democrática ocorrida no Brasil, tornou possível e incentivou formalmente, a partir da Constituição da República Federativa do Brasil promulgada em 5 de outubro de 1988, e a Constituição do Estado do RS, promulgada em 3 de outubro de 1989, a participação de atores da sociedade civil na investigação de problemas e na configuração de soluções, pressionando na definição de demandas para formatação da agenda de Governo.

Agora, mesmo que existam limites para os atores sociais quando do processo participativo nas questões de decisão junto aos governos, a importância do papel da sociedade civil não pode ser desconsiderada.

Segundo Cunha (2007), os conselhos de políticas passam a ser vistos como os arranjos institucionais participativos que traduzem mais fielmente os princípios da democracia deliberativa, pois congregam a possibilidade de argumentação e de decisão. Nesses espaços híbridos, ocorre o encontro entre os representantes da sociedade civil e os representantes da sociedade política, exigindo que eles dialoguem para deliberar acerca das questões de interesse público.

O risco real que esses atores percebem é que a participação da sociedade civil nas instâncias decisórias, defendida pelas forças que sustentam o projeto participativo democratizante como um mecanismo de aprofundamento democrático e de redução da exclusão, possa acabar servindo aos objetivos do projeto que lhe é antagônico (DAGNINO, 2004).

Segundo Ballestrin (2015), as dinâmicas de interação entre o Estado e a sociedade civil são atualmente variadas,

[...] de tal sorte que uma teoria universal deixa muito a desejar. Neste momento, o que se pode afirmar a partir de contextos próximos é que as relações entre a sociedade civil e o Estado podem ser pensadas em termos de parceria, cooperação, substituição e pressão. Em todos os casos, as iniciativas podem partir tanto da sociedade civil quanto do Estado. (BALLESTRIN, 2015, p.145).

Assim, os diversos processos de interação entre o Estado e a sociedade civil foram paulatinamente evoluindo, trazendo novas dinâmicas aos processos relacionados às políticas públicas, o que de certa forma, está representado pelo IDH – Índice de Desenvolvimento Humano que traz como preocupação de análise a evolução econômica e educacional que são reflexos de ações e decisões sobre políticas públicas.

Índice de desenvolvimento humano - IDH

O principal desafio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em 1990 ao lançar o IDH, segundo Veiga (2005) foi evitar que a riqueza econômica fosse o único critério de aferição para evidenciar o desenvolvimento, neste sentido conforme autor fica evidente que o simplismo de quantificar um indicador de forma isolada, prejudica sua análise, afinal, seus resultados tendem a não espelhar uma realidade.

O Relatório de Desenvolvimento Humano – RDH, segundo o PNUD – Programa das Nações Unidas - apresenta informações que podem nortear as políticas públicas, de forma que os indivíduos sejam sempre o principal foco das decisões. Os dados que contém o relatório permitem que os cidadãos tenham um posicionamento mais consciente, apresentando-se com um suporte para sociedade na hora da tomada de decisão, afinal os dados que são disponibilizados servem para todas as áreas do conhecimento humano e não somente para o setor público ou demais pesquisadores da academia.

Segundo Bueno (2007), dentre os diversos enfoques discutidos na temática do índice de desenvolvimento humano estão temas importantes relacionados a filosofia, geografia, sociologia, economia e meio ambiente, demonstrando que os indivíduos em toda parte do mundo realizam um esforço para tentar resolver as questões relacionadas a forma de vida digna do ser humano, ainda que no início o IDH demonstrasse uma certa dependência do produto interno bruto per capita.

Alves, Neto e Amparo (2015), sustentam que o Brasil, apesar de todos os esforços realizados pelos gestores públicos, apresenta um alto grau de desigualdades regionalizadas, ou seja, ainda que o governo federal desde o ano de 2000 busque implementar políticas públicas que venham reduzir essas desigualdades, até agora não alcançou o sucesso desejado.

Também no sentido de identificar o que de fato seja desenvolvimento SEN(2010), afirma que a maior demonstração da privação de liberdade do ser humano está diretamente relacionada com a vulnerabilidade em que o ser humano encontra-se, ou seja, a falta de acesso a água tratada, esgoto, serviços de saúde, educação e acesso ao trabalho tendem a levar a

grandes camadas da sociedade mais desfavorecida economicamente a uma situação de miséria, com total falta de ascensão a uma qualidade de vida. Logo impossibilitando a indicação de qualquer alternativa de desenvolvimento humano.

Outro aspecto que deve ser observado é a forma como os cientistas sociais vem se posicionando em relação a distribuição de renda, ou melhor, procuram tratar desenvolvimento econômico como desenvolvimento socioeconômico, no sentido de permitir a identificação quantitativa deste desenvolvimento, com intuito de possibilitar uma distribuição de recursos de forma mais equânime, conforme Vieira e Santos (2012).

Por outro lado, existe também o IDH-M – índice de desenvolvimento humano municipal - que está desmembrado em três variáveis, longevidade, educação e renda, possibilitando uma separação um pouco diferente do IDH identificando o desenvolvimento municipal sob outras perspectivas, diversamente do que foi apresentado pelo PNUD.

Em outro estudo apresentado, por Menezes e Possamai (2015), o IDH-M é uma ótima ferramenta para determinar a qualidade de vida em todas as regiões do país, também serve de referência para a tomada de decisão, tanto nas políticas públicas como na economia da iniciativa privada, ajudando nas decisões de investimentos e suscitando um amplo debate, acerca do desenvolvimento nas diversas camadas da sociedade.

Conforme Jannuzzi (2002), os indicadores sociais devem ser capazes de alicerçar as políticas públicas e também subsidiar os pesquisadores durante o desenvolvimento de seus projetos, para tanto o indicador deve apresentar um alto grau de confiança e deve possuir as características conforme o quadro abaixo:

Análise e características de indicadores sociais

Ao construir indicadores é necessário observar algumas características apresentadas no quadro abaixo. Dadas estas características é preciso observar a clareza e a objetividade na compreensão das situações por eles representadas. Os indicadores sociais fazem parte de um conjunto de informações relacionadas a sociedade e suas necessidades, bem como, as prioridades que devem ser observadas pelos gestores públicos nas suas ações.

Quadro 01 – Características de Indicadores Sociais.

a	ter um grau de cobertura populacional adequado aos propósitos a que se presta;
b	ser sensível a políticas pública implementadas;
c	ser específico a efeitos de programas setoriais;
d	ser atualizado periodicamente a custos razoáveis;
e	ser inelegível para os agentes e públicos-alvo das políticas;
f	ser amplamente desagregável em termos geográficos, sociodemográficos e socioeconômicos;
g	gozar de certa historicidade para possibilitar comparações no tempo;

Fonte: adaptado Jannuzzi (2002).

Corroborando com o quadro 01 Barreto (2015), afirma que não será possível manter uma política voltada ao desenvolvimento humano se estiver dissociada do desenvolvimento sustentável, ou seja, sustenta que uma política com foco no social jamais poderá desconsiderar os efeitos econômicos e ambientais na vida da população, estabelecendo assim parâmetros mais aceitáveis para justificar a qualidade de vida tão perseguida pelos pesquisadores em seus projetos e também pelos gestores públicos. Afinal como será possível afirmar que uma determinada região/cidade está se desenvolvendo sem observar os aspectos relacionados ao meio ambiente e política econômica.

Ainda dentro de uma perspectiva de resultados, a Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul através do atlas socioeconômico apresenta as definições das variáveis como renda, educação e saúde, indicando de que forma foi estabelecida a metodologia de apuração do IDH no caso: i) renda: Padrão de vida (medido pela Renda Nacional Bruta per capita); ii) saúde: Vida saudável e longa (medida pela expectativa de vida); iii) Educação: Acesso ao conhecimento (medido pela média de anos de educação de adultos e a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar), evidenciando, ainda, que se tratando de desenvolvimento econômico esse indicador não pode ser comparado com o IDHM, o qual utiliza outros parâmetros metodológicos para sua composição, conforme ilustra o quadro 02.

Quadro 02 - Diferença entre o IDH e o IDHM

	LONGEVIDADE	EDUCAÇÃO		RENDA
		População Adulta	População Jovem	
IDHM Brasil	Esperança de vida ao nascer	18+ com fundamental completo	5-6 na escola 11-13 nos anos finais do fundamental 15-17 com fundamental completo 18-20 com médio completo	Renda mensal per capita (em R\$ ago/2010)
IDH Global	Esperança de vida ao nascer	Média de anos de estudo de 25+	Anos Esperados de Estudos	Renda Média Nacional per capita (US\$ ppp2005)

Fonte: Adaptado de atlasbrasil.org.br (2017)

Desta forma conforme apresentado no quadro 02 podemos verificar que o IDHM é uma adaptação do IDH, com o objetivo de detalhar as variáveis já utilizadas (longevidade, educação e renda) e ainda tratar de forma mais abrangente as especificidades de cada localidade, aferindo resultados mais específicos.

Já no Estado do Rio Grande do Sul a evolução do IDH-M vem apresentando um crescimento positivo do no indicador como demonstra o quadro 03 o comonente educação foi o que obteve maior desempenho no ultimo censo de 2010, conforme demonstrou a Secretaria de Planejamento e Gestão do Rio Grande do Sul através do atlas socioeconômico.

Quadro 03 - Evolução IDHM – RS

Dados/Ano	ESTADO DO RS			SÃO LEOPOLDO			NOVO HAMBURGO		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Total (IDHM)	0,542	0,664	0,746	0,543	0,656	0,739	0,544	0,671	0,747
Renda	0,667	0,72	0,769	0,684	0,725	0,766	0,697	0,734	0,778
Educação	0,328	0,505	0,642	0,327	0,482	0,612	0,315	0,499	0,629
Saúde	0,729	0,804	0,840	0,715	0,806	0,861	0,732	0,823	0,852

Fonte: Adaptado de PNUD 2017

Ainda que as variáveis mencionadas tenham apresentado seus resultados nas últimas duas décadas, fica evidente que a saúde no Rio grande do Sul em 2010 obteve o melhor desempenho mas, também é fato que a variavel que melhor apresentou desempenho foi a educação que começou com com IDHM de 0,328 em 1991 e chegou com IDH-M em 2010 de 0,642 demonstrando um desempenho de 41,09% no período.

Comparado resultados: indicadores sociais x déficit financeiro

Também devemos ressaltar que os dois maiores municípios do Vale dos Sinos no Rio Grande do Sul, Novo Hamburgo e São Leopoldo, apresentaram IDHM no exercício de 2010 respectivamente, 0,747 e 0,739, demonstrando um alto índice de desenvolvimento humano conforme dados publicado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De acordo com o quadro 03, podemos verificar que no município de São Leopoldo o componente que manteve resultados satisfatórios no indicador IDH-M foi a longevidade e, além disso, contribuiu para o aumento do indicador; também fica claro que o componente educação foi o que mais cresceu nos últimos dois censos, ou seja apresentando uma boa performance no resultado, com aproximadamente 100% de sucesso. Ao analisar o município de Novo Hamburgo também verificamos a mesma situação, ou seja, o melhor componente foi a longevidade mas, o que mais cresceu nos últimos censos foi a educação, que ajudou positivamente no valor alcançado pelo indicador.

Entretanto, estes dados realmente não espelham a realidade econômica vivida nesses municípios, que encerraram o exercício de 2016 com um déficit financeiro preocupante para os gestores públicos, conforme apontaram os relatórios de manifestação do controle interno desses municípios. Nesse mesmo sentido foram os relatórios de validação e encaminhamento do Município de São Leopoldo, que apresentou um total de disponibilidades de R\$ 70.544.842,07 contra um total de restos a pagar processados de R\$ 88.908.942,92, gerando um déficit de R\$ 18.364.100,85 e do Município de Novo Hamburgo, no qual constou um total de disponibilidades no recurso livre de R\$14.470.336,04 contra um total de restos a pagar na fonte de recurso livre de R\$ 26.379.937,94, gerando um déficit de R\$ 11.909.601,90, cumprindo ressaltar que estes dados foram processados pelos relatórios de auditoria e prestação de contas do TCE-RS – Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Esse exemplo dos municípios do Vale dos Sinos vem ao encontro do pensamento de SEN (2010), o autor afirma que a liberdade de escolha do indivíduo é bem mais do que distinguir certo de errado, isso porque conquistar liberdade é um processo muito mais amplo, que permite ao cidadão a capacidade plena de escolha e ainda possibilita sua inserção no processo de desenvolvimento social, passando de coadjuvante a ator principal.

Todavia é inegável a importância dos indicadores para a tomada de decisão e também para indicar políticas públicas que tenham como fator principal o indivíduo, proporcionando uma boa qualidade de vida para a sociedade e contribuindo de forma eficaz para o desenvolvimento de pesquisas que tenham um propósito de transformação positiva à

sociedade focando em melhoria da educação, aumento de renda da classe mais desfavorecida e acesso a uma saúde mais digna, Jannuzzi(2012).

Conforme Kronbauer, et.al. (2011), embora o IDH-M seja um indicador utilizado de forma exaustiva para detectar informações sobre aspectos socioeconômicos, não serve como ferramenta para medir a qualidade da gestão pública, afinal é necessário informações que permitam um detalhamento mais rigoroso nas conclusões. Entretanto continua sendo uma ótima ferramenta para identificar e comparar as diversas peculiaridades das regiões.

Desta forma, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, o IDH-M é um indicador que consegue reunir um número elevado de variáveis em três aspectos, ele é composto por mais de 200 indicadores socioeconômicos que alicerçam a análise e facilitam a compreensão das ocorrências e desempenhos voltados ao desenvolvimento dos municípios.

Logo, conforme Faria, Jannuzzi e Silva (2008), o fator de que definirá se o estudo teve sucesso será a escolha das variáveis que serão analisadas, até porque toda vez que utilizarmos indicadores sociais existe a necessidade que a seleção de elementos seja a maior possível, ainda que para isso seja necessário construir escalas para transformar dados qualitativos em quantitativos e mensurar os resultados em valores.

Considerações finais

O IDHM - indicador de desenvolvimento humano nos municípios é tratado como instrumento fundamental para medir o desenvolvimento de uma determinada região, pois, trabalha com variáveis como renda, educação e longevidade, aspectos fundamentais para identificar a qualidade de vida de uma população. Ao separar a variável educação o estudo do IDH-M demonstra, de forma analítica, questões relacionadas a infra estrutura e também ao nível intelectual de educandos e educadores, validando as afirmações sobre bem estar social.

Além disso, a variável renda do IDH-M teve sua metodologia modificada com intuito de transcrever de forma mais clara e objetiva a realidade dos diversos municípios do mundo, onde o PIB – produto interno bruto percapita foi substituído pela renda familiar, garantindo assim uma comparabilidade mais próxima da realidade da sociedade em análise.

Embora o estudo tenha apresentado indicadores de desenvolvimento humano no Estado do Rio Grande Sul e nos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo com alto desenvolvimento humano, esses resultados não transcreveram a realidade econômica dos municípios analisados, de modo que é notória a implementação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, pois o que de fato os gestores públicos almejam é assegurar

os direitos individuais e coletivos à sociedade. Assim para atingir esse resultado o poder executivo dos municípios de Novo Hamburgo e São Leopoldo deverá rever suas políticas de gestão econômica, pois, conforme demonstrou o relatório de manifestação do controle interno desses municípios no exercício de 2016, a despesa realizada superou a receita realizada em 82,30% e 26,03%, respectivamente, prejudicando os futuros investimentos e manutenções das políticas públicas previstas nesses municípios.

Contudo, a análise do desenvolvimento de forma geral necessita vencer o paradigma de vínculo com os aspectos econômicos, mesmo a tarefa não sendo fácil esta etapa precisa ser superada, mesmo que a aferição seja subjetiva.

Ainda que o IDH-M demonstre um alto nível de desenvolvimento humano nas cidades observadas, será difícil garantir, na prática, que os indivíduos dessas localidades alcancem uma qualidade de vida que mereça destaque em um curto prazo de tempo, pois, para que o poder público consiga honrar as obrigações adquiridas em exercícios anteriores, terá que enxugar os investimentos atuais, revendo totalmente o modelo de gestão adotado no passado e corrigindo os erros, pois, ainda que os dados sejam de períodos próximos, o que verificamos foi que, embora o Indicador de IDH-M tenha apresentado valores que o indentificaram como de alto índice de desenvolvimento humano no último censo, os componentes que mais colaboraram para que esse resultado fosse alcançado foi a educação que, no censo de 1991 ao de 2010 atingiu um aumento de quase 100% de seu valor, ou seja, melhorou mais que o componente longevidade, que manteve-se elevado em todo o período, tais circunstâncias possibilitam a presunção de que também ocorreu crescimento econômico.

Entretanto, os resultados econômicos do exercício de 2016 nos quesitos disponibilidade financeira e endividamento, apontaram para um quadro de cautela e revisão dos atos e fatos realizados pelos gestores públicos nos municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, afinal conforme apresentado nos valores descritos, esses órgãos realizaram mais despesas do que arrecadaram de receitas, prejudicando o encerramento do exercício financeiro de 2016, bem como, comprometendo futuros investimentos que poderiam ajudar no crescimento do indicador IDH-M. Atrelada a esta situação também está posta a crise econômica enfrentada por todos os setores no país, que além de agravar a situação econômica municipal inibe possíveis investimentos novos em políticas públicas que venham ao encontro da necessidade da população.

Desta forma, o presente estudo procurou apontar algumas diferenças entre indicadores de desenvolvimento humano e ainda demonstrou que, embora os indicadores apontem uma situação positiva no aspecto quantitativo se não observarmos os efeitos da economia na região

analisada, dificilmente poderemos afirmar que os indivíduos possuem uma situação de vida ideal. Logo, seria interessante que em futuros estudos ocorra o aprofundamento das questões econômicas nas diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul, afim de aferir os resultados dos indicadores sociais e comparando-os com os resultados da economia da região analisada.

Referências

ALVES, Adriana Melo; NETO, João Mendes da Rocha; AMPARO, Pitanga do. Política regional brasileira: retrospectiva e novos rumos **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. Blumenau, 2015.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL.

<http://www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 05 de junho de 2017.

ATLAS SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL.

<http://www.atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>.

Acesso em: 06 de junho de 2017.

BALLESTRIN, L. M. de A. Sociedade civil, democracia e violência. **Revista Brasileira Ciências Sociais**. v.30, n.87. São Paulo, p. 143-163, 2015.

BARRETO, Monique dos Santos. A Sustentabilidade do Desenvolvimento Humano. Brasília. **PNUD/IPEA**, 2015.

BUENO, Edir de Paiva, O índice de desenvolvimento humano (idh): avaliação de seus pressupostos teóricos e metodológicos. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia. vol. 27, n. 3, p. 49-69, 2007.

CUNHA, E. O potencial de conselhos de políticas e Orçamentos Participativos para o aprofundamento democrático. In: DAGNINO, E. e TATAGIBA, L (Orgs.). **Democracia, sociedade civil e participação**. Chapecó: Argos, 2007.

DAGNINO, E. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. **Política e Sociedade**. n. 5, outubro de 2004.

FARIA, Flavia Peixoto; JANNUZZI, Paulo de Martino; Silva, SILVANO, José da. Eficiência dos gastos municipais em saúde e educação: uma investigação através da análise envoltória no estado do Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. Vol. 42, n.1, p.155-177, 2008.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL.

<http://www.fee.rs.gov.br>. Acesso em: 06.06.2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.

<http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 06.06.2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. Rio de Janeiro. **Revista de Administração Pública**, vol. 36, n.1, p. 51-72, 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores socioeconomicos na gestão pública**. Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.

KRONBAUER, Clóvis Antônio; KRÜGER, Gustavo Pires; OTT, Ernani; NASCIMENTO, Cléber José. Análise de inconsistências apontadas pelo tce/rs em auditorias municipais: estudo do controle externo da gestão pública. São Paulo. **Revista de Contabilidade e Organizações** vol.5, n.12, p. 48-71, 2011.

MENEZES, Daiane Boelhouwe; POSSAMAI, Ana Júlia. Desenvolvimento Humano e Bem-estar Urbano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras. Brasília. **PNUD/IPEA**, 2015.

MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, 42(3), p. 551-579, maio/jun. 2008.

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. <http://www.mi.gov.br/>. Acesso em: 07.06.2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idh-global.html>. Acesso em 04 de junho de 2017.

ROCHA, R. A. Gestão Descentralizada e Participativa. **Revista Pós Ciências Sociais**. São Luis/MA. v. 1, n. 11. P. 1-30, 2009.

SCHERER-WARREN, I.; LÜCHMANN, L. H. H. Situando o debate sobre movimentos sociais e sociedade civil no Brasil. **Revista Política & Sociedade**. vol. 3, n. 5. p. 13-35, Outubro de 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. Companhia das Letras: São Paulo, 2010.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TCE – RS. <http://portal.tce.rs.gov.br/pcdi2/relatorios-recibos-envio.action?&cdOrgao=53400&ano=2016>. Acesso em: 07.06/2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – TCE – RS. <http://portal.tce.rs.gov.br/pcdi2/ws/relatorio/visualizar/150066/157>. Acesso em: 07/06/2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável – O Desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2005.

VIEIRA, Edson Trajano. Desenvolvimento Econômico Regional – Uma revisão histórica e Teórica. Taubaté. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, vol.8, n.2. p. 344-369, 2012.